



**ACÓRDÃO Nº 284/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE - AM nº 10967/2015.**

**Apenso:** Processo nº 11252/2014.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Câmara Municipal de Maués.

**4- Exercício:** 2014.

**5- Responsável:** Raimundo Rodrigues de Souza – Presidente da Câmara Municipal de Maués.

**6- Unidade Técnica:** DICAMI.

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2449/2015-MP-CASA, do Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral de Contas (fls. 532/534).

**8- Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Maués. Exercício de 2014.

*Regularidade com Ressalvas. Multa.  
Encaminhamento. Determinação.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**9.1. Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas do Sr. Raimundo Rodrigues de Souza, Presidente e Ordenador de Despesas, responsável pela Prefeitura Câmara Municipal de Maués, no curso do exercício de 2014, sob a responsabilidade do Sr. Raimundo Rodrigues de Souza, nos termos do inciso II do art. 1º e inciso II do art. 22, dando quitação ao Responsável e condicionando-o ao atendimento do art. 24, c/c o inciso II do art. 72, todos da Lei nº 2.423/96;

**9.2. Aplicar Multa** ao Sr. Raimundo Rodrigues de Souza no valor de R\$ 4.384,12 que deve ser recolhida na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, por conta das irregularidades 2.6 e 2.12, nos termos do inciso II do art. 308 da Resolução nº 4/2002-R/TCE/AM, pelo descumprimento das improbidades apontadas. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias, com comprovação perante este Tribunal dos valores recolhidos, tudo em conformidade com a alínea “a” do inciso III do art. 72 da Lei nº 2.423/96, c/c o §4º do



**ACÓRDÃO Nº 284/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

art. 174 da Resolução nº 4/2002 (RI-TCE/AM), corrigido monetariamente, caso o recolhimento ocorra fora do prazo determinado (art. 55 da Lei nº 2.423/96);

**9.3. Encaminhar** os autos à Dicrex para que efetue os procedimentos previstos na Resolução nº 3/2011-TCE;

**9.4. Determinar** a Câmara Municipal de Maués, nos termos do §2º do art. 188º do Regimento Interno/TCE-AM, que:

- 9.4.1.** zele pelo adequado e tempestivo preenchimento das informações no sistema E-Contas, nos termos da Resolução nº 13/2015-TCE/AM;
- 9.4.2.** alimente de forma tempestiva o Portal da Transparência da Câmara, nos termos do art. 48 e de seus parágrafos da LRF, bem como da Lei nº 12.527/2011;
- 9.4.3.** melhore a qualidade do sinal de internet junto à empresa prestadora de serviços, bem como, na ocorrência de problemas técnicos com o sistema GEFIS e SAP, tenha em seu poder o comprovante legal das medidas tomadas, com a imediata comunicação ao Tribunal de Contas;
- 9.4.4.** cumpra, para as próximas licitações, a regra do *caput* do artigo 38 da Lei federal nº 8.666/93, que trata da numeração de folhas nos processos de licitação;
- 9.4.5.** formalize processo administrativo de contratação contendo todos os documentos e requisitos necessários para a regular a locação de imóvel (observe a Lei Federal nº 8.666/93);
- 9.4.6.** cumpra, nas próximas contratações de serviços e/ou aquisições de bens nos exercícios vindouros, as prerrogativas da Lei Complementar nº 123/2006, dando prioridade as empresas comerciais locais, ou seja, localizadas no Município;
- 9.4.7.** observe, por último, que a reincidência, nas próximas prestações de contas, das determinações ora veiculadas, sustentará o julgamento das Contas pela irregularidade, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do parágrafo 1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM.



**ACÓRDÃO Nº284/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**10- Ata:** 9ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 4 de Abril de 2017.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**12.1. Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.

**13- Representante do Ministério Público:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**

Conselheiro-Presidente

**ALÍPIO REIS FIRMO FILHO**

Auditor-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**

Procurador-Geral